

Pela revogação da Reforma e da BNCC: em defesa do Ensino Integrado na Rede Federal

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), aprovada sem nenhum debate público, é um instrumento do golpe jurídico-parlamentar e midiático em curso e uma forte ameaça ao Ensino Médio Integrado ao Técnico. A medida estabelece o fim de várias disciplinas que incentivam a formação crítica dos estudantes na última etapa da formação básica. Disciplinas como artes, filosofia, sociologia, história e geografia estão ameaçadas, algumas estão sendo eliminadas. Haverá redução da carga horária de toda formação comum.

Com os cortes orçamentários na educação, provenientes da EC 95/16, que congela os investimentos sociais por 20 anos, como será possível investir no ensino médio integral? Ou seja, há algo contraditório: menos investimento e aumento de carga horária (ensino em tempo integral). Qual a mágica? A solução será privatizar e precarizar o ensino público. **Não é à toa que um seletor grupo de corporações e institutos empresariais apoia e encampa esse projeto.**

A ameaça aos cursos integrados da Rede Federal é um **golpe contra uma das melhores experiências na área da educação nos últimos anos no país.** Nestes cursos, milhares de jovens têm conquistado seu sonho de ocupar uma vaga no mercado de trabalho e/ou entrar numa universidade de ponta.

Outra medida controversa a se destacar com o “Novo Ensino Médio” diz respeito à contratação de docentes sem concurso público e a precarização das formas de contratação flexível. O chamado “notório saber” permite que prestadores de serviços não licenciados atuem como professores profissionais nas áreas de formação. Um **retrocesso na luta pela habilitação profissional** dos professores: estão ameaçados a estabilidade de direitos e formas de contratação estáveis, e a valorização dos cursos de licenciatura e de formação de professores.

O governo vai incentivar a contratação precária de prestadores de serviços sem certificação escolar (em especial na formação profissional) e também as parcerias público-privadas na educação pública: colocando em risco milhares de postos de trabalho.



A BNCC proposta pelo governo golpista representa um retrocesso educacional aos filhos da classe trabalhadora. Atrelada à Reforma do Ensino Médio, que **não foi debatida e discutida democraticamente com a sociedade**, a BNCC indica a precarização da escola pública de qualidade, com evidentes impactos na Rede Federal.

Mesmo tendo concebido, em conjunto com o empresariado, a aprovação da BNCC, o MEC tem que cumprir uma agenda mínima de audiências públicas. Na prática, espaços que configuram uma verdadeira fraude. Para isso convocou o “dia D”. O objetivo foi transparecer democracia, porém **não existiu debate, apenas a tentativa de legitimar o que já estava pronto pelos golpistas**.

Em função da pressão do movimento político em defesa da educação pública, Cesar Callegari, presidente da Comissão Bicameral do CNE encarregada da BNCC, renunciou ao cargo em junho passado e se posicionou pela rejeição da medida. Ainda assim, o MEC, com apoio de empresários, quer aprovar a todo custo a Base ainda neste ano.

É preciso lutar, é possível resistir!

Não à BNCC do governo golpista e do empresariado!

Pela revogação da Reforma do Ensino Médio!

**Não à precarização do ensino técnico:
pela manutenção da EJA presencial!**

Não aos projetos de privatização da gestão escolar!

**Em defesa da Rede Federal: da educação pública, laica, inclusiva,
de qualidade e socialmente referenciada!**

